

14 MAI 1987

12  
Ome JORNAL DO BRASIL

# Nova política para a ciência

## *Votação pode derrubar muitas mudanças que subcomissão propõe*

**B**rasília — Não houve surpresas. Como já era esperado, a relatora da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicações, deputada científica e tecnológica; a reformulação integral do sistema de distribuição de canais de rádio e televisão; o acesso do cidadão a qualquer informação a seu respeito, sejam de domínio de empresas privadas ou entidades públicas; e a participação da sociedade na fiscalização da política nacional de comunicações.

O anteprojeto, considerado muito à esquerda por alguns parlamentares, sofrerá o bombardeio de deputados como Ângelo Magalhães (PFL-BA) — irmão do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães —, que durante as audiências da subcomissão, contestou as posições da relatora. Na justificativa que anexou ao parecer do anteprojeto, Cristina ressaltou que a “nova Constituição representa o compromisso de construir uma nação pela criação e solidificação de instituições fortes”.

É quase consenso dos parlamentares que a maior parte do anteprojeto — dividido em dois capítulos e 18 artigos — cairá na fase da votação, antes de ser encaminhado à comissão temática. Ângelo Magalhães comandará uma oposição ferrenha, mas a relatora terá apoio dos parlamentares liderados pelo deputado Olívio Dutra (PT-RS).

Na primeira parte do relatório (ciência e tecnologia), Cristina define o papel incentivador do Estado, mas garante a liberdade dos pesquisadores e o controle da sociedade sobre as aplicações da tecnologia. A relatora tomou o cuidado não só de definir o termo “mercado”, como “empresa nacional”. Para ela, mercado é parte do patrimônio nacional, e empresa nacio-

nal é aquela cujo controle de capital esteja permanentemente em poder de brasileiros, estando sua sede e centro de comando instalados no país!

A modernização das formas de produção é também alvo do anteprojeto, que assegura ao trabalhador vantagens advindas do processo de automação, como redução da jornada, além da garantia de reaproveitamento pela empresa e participação nas decisões sobre novas tecnologias.

Os dois últimos artigos do primeiro capítulo são destinados à proibição da fabricação, trânsito, transporte, guarda ou armazenamento de armas nucleares em todo o território nacional, e para subordinar a construção de novas centrais elétricas e nucleares a plebiscito.

A questão das comunicações ficou por último, mas nem por isso será menos polêmica, durante a apresentação de emendas e votação do anteprojeto na subcomissão. “A informação é um bem social e um direito fundamental da pessoa humana”, argumentou a deputada. Ela aceitou as sugestões para a criação de um conselho nacional de comunicações, para estabelecer, supervisionar e fiscalizar as políticas nacionais nas áreas de rádio e de televisão. Esse conselho seria formado por 15 membros: três de entidades empresariais, três de entidades profissionais da área; um do Ministério da Cultura; dois do Ministério das Comunicações; quatro parlamentares — dois da Comissão de Comunicação do Senado e dois da comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados; um da comunidade científica; um de instituições universitárias; e um da área de criação cultural. Todos seriam referendados pelo Congresso, sem direito a reeleição.



Virgildásio de Sena